

Política de Privacidade e Proteção de Dados (LGPD)

1. Introdução

A Alan Garbes Advogados ("Escritório") reconhece a importância da proteção das informações pessoais de todos os indivíduos que se relacionam conosco, incluindo nossos clientes, membros da equipe e usuários do nosso website ("Usuários"). Por isso, apresentamos a seguir nossa política de privacidade ("Política de Privacidade"), que tem o objetivo de assegurar transparência aos nossos Usuários quanto à coleta e ao tratamento de seus Dados Pessoais.

Não coletamos nem solicitamos conscientemente informações de pessoas com menos de 18 anos. Usuários menores de 18 anos não devem enviar informações através de nossa Plataforma. Caso tomemos conhecimento de que coletamos informações de um indivíduo menor de 18 anos, iremos descartar as informações fornecidas e não as manteremos em nossos registros.

Se, após ler este documento, você ainda tiver dúvidas sobre como tratamos seus Dados Pessoais, pode entrar em contato conosco pelo e-mail: escritorio@alangularbes.adv.br para esclarecimentos adicionais.

Nesta Política de Privacidade os termos em maiúsculos terão o mesmo significado atribuído pela Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD").

2. Definições

Para facilitar a compreensão dos termos utilizados nesta Declaração, apresentamos abaixo os principais termos empregados ao longo do documento, juntamente com suas respectivas definições:

- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** Entidade governamental responsável por supervisionar, implementar e fiscalizar a conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).
- **Banco/Base de Dados:** conjunto organizado de dados pessoais, armazenado em um ou mais locais, em formato eletrônico ou físico.
- **Dados Pessoais:** Englobam as informações vinculadas a indivíduo identificado ou identificável de forma natural.
- **Dados Pessoais Sensíveis:** São informações pessoais que revelam a origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, filiação a sindicato ou a organizações de caráter religioso, filosófico ou político, dados relacionados à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos, quando associados a uma pessoa natural.

- **Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"):** Norma que regula o tratamento de dados pessoais, incluindo em meios digitais, por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, visando proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, assim como o desenvolvimento livre da personalidade da pessoa natural (física).

3. Responsabilidade

Todos os sócios (advogados), colaboradores, estagiários, prestadores de serviços, consultores, e correspondentes têm o dever de seguir estritamente esta Política de Segurança da Informação (PSI), seus procedimentos e diretrizes, buscando orientação junto aos gestores em caso de dúvidas. Incidentes como vazamentos, alterações, divulgações ou destruições não autorizadas, resultantes de erros, fraudes, vandalismo, espionagem ou sabotagem, podem acarretar danos significativos a Alan Garbes Advogados e a terceiros.

É fundamental que cada indivíduo compreenda o papel da segurança da informação em suas atividades cotidianas, protegendo as informações contra acessos, alterações, destruições ou divulgações não autorizadas. Deve-se garantir que os recursos tecnológicos disponíveis sejam utilizados de maneira segura e apenas para os fins aprovados pela Alan Garbes Advogados, além de cumprir rigorosamente as leis e normas aplicáveis. Qualquer descumprimento ou ameaça de violação desta política deve ser comunicado imediatamente ao setor administrativo.

4. Armazenamento das Informações Coletadas

O Escritório adotará medidas alinhadas às melhores práticas de mercado para manter os Dados Pessoais seguros, incluindo medidas de segurança e proteção adequadas à natureza dos dados coletados, utilizados e armazenados. Contudo, o Escritório não pode garantir que tais medidas de segurança sejam livres de erros ou imunes a interferências de terceiros (como hackers, entre outros). Devido à sua natureza, mesmo com os melhores esforços do Escritório, qualquer medida de segurança pode falhar e dados podem eventualmente se tornar públicos.

Todas as informações coletadas serão armazenadas com elevados padrões de segurança, seja em nossos próprios servidores ou em servidores de terceiros que estejam sujeitos a obrigações de segurança similares, localizados tanto no Brasil quanto no exterior. Os Dados Pessoais, sempre que viável do ponto de vista operacional, serão criptografados e o acesso a eles será controlado por sistemas de usuário/senha individuais, com registro de acesso.

5. Direito dos Titulares

O Escritório oferece recursos para que os titulares possam exercer seus direitos legais sobre os Dados Pessoais, conforme estabelecido no artigo 18 da Lei Geral de Proteção de Dados. Nesta seção, detalharemos esses direitos e como você pode fazê-lo.

- **Portabilidade:** Os usuários têm o direito de solicitar a exclusão de seus Dados Pessoais que foram coletados e tratados com base no seu consentimento pelo Escritório. Isso pode ser feito através da própria Plataforma ou por meio dos canais de atendimento indicados nesta Política
- **Exclusão dos Dados Pessoais:** Os usuários podem solicitar a remoção de seus Dados Pessoais que foram coletados e tratados com base no seu consentimento pelo Escritório. Isso pode ser feito através da própria Plataforma ou pelos canais de atendimento indicados nesta Política.
- **Informação sobre a possibilidade de recusa de consentimento:** Os usuários são informados por meio desta Política e podem solicitar, através dos canais de atendimento, detalhes sobre a possibilidade de recusar o tratamento de Dados Pessoais e as possíveis consequências, incluindo a eventual impossibilidade de prestação dos serviços pelo Escritório.
- **Informação sobre exclusão de dados:** É importante destacar que o Escritório pode, devido a obrigações legais, contratuais ou administrativas, ser impedido de excluir determinados tipos de Dados Pessoais. Nesse caso, quando aplicável, o Escritório informará ao Usuário sobre tal impossibilidade e procederá à exclusão das demais informações que possam ser apagadas. Ademais, ao atender solicitações de exclusão, o Escritório pode ficar impossibilitado de prestar seus serviços, total ou parcialmente. Além disso, após a exclusão dos Dados Pessoais, o Escritório poderá continuar a utilizá-los de forma não individualizada e anonimizada, ou seja, sem qualquer identificação pessoal, para os fins previstos nesta Política de Privacidade.

6. Incidentes de Segurança da Informação e Penalidades

As violações de segurança devem ser comunicadas imediatamente ao setor administrativo da Alan Garbes Advogados que analisará e investigará a ocorrência, determinando as medidas necessárias para corrigir a falha ou reestruturar processos, visando solucionar a questão e minimizar seus efeitos.

Os princípios de segurança estabelecidos nesta PSI devem ser seguidos por todos na execução de suas funções. O infrator será notificado, e a ocorrência da transgressão será comunicada ao seu gestor imediato. Dependendo da gravidade da infração, o envolvido poderá estar sujeito a advertência, multa conforme previsto no acordo de confidencialidade, rescisão de contrato e, até mesmo, às penas de responsabilidade civil e criminal na máxima extensão permitida por lei.

7. Criptografia

A codificação é uma importante aliada da segurança da informação, e poderá ser empregada para preservar a confidencialidade, a autenticidade e a integridade dos dados associados à Alan Garbes Advogados. Todos os sistemas, mecanismos de controle, recursos, métodos ou alternativas de codificação devem receber aprovação da equipe de tecnologia.

8. Categorização da Informação

Todas as informações sob a custódia ou propriedade da Alan Garbes Advogados devem ser classificadas em uma das seguintes categorias:

- **Interna:** Informações de propriedade ou sob a custódia da Alan Garbes Advogados, acessíveis a todos os colaboradores com a devida autorização do proprietário responsável.
- **Confidencial:** Informações de propriedade ou sob a custódia da Alan Garbes Advogados cuja divulgação possa resultar em impactos negativos nos negócios, prejudicar a imagem da empresa, causar constrangimentos administrativos com colaboradores ou beneficiar terceiros. Isso inclui outras informações protegidas por legislação específica.
- **Pública:** Informações de natureza informativa ou profissional, ou aquelas que, conforme a legislação aplicável, são disponibilizadas a todos os públicos, tanto internos quanto externos, sujeitas à avaliação da Assessoria de Comunicação ou área equivalente.

9. Considerações Conclusivas

Para assegurar a padronização da comunicação organizacional, esta Política de Segurança da Informação e Comunicação deve ser distribuída a todos da Alan Garbes Advogados, com o objetivo de que seja compreendida e seguida.

A violação desta Política é considerada uma infração grave, sujeita à análise pelas equipes de Segurança da Informação, Recursos Humanos e Conformidade da Alan Garbes Advogados, e às medidas disciplinares serão determinadas em conjunto com a Administração.

10. Disposições Gerais

A Alan Garbes Advogados realiza a monitorização contínua da conformidade com suas diretrizes e políticas internas, reservando-se o direito de revisar e modificar

regularmente esta Política, assim como suas abordagens de segurança da informação, sempre que considerar necessário.

As situações não previstas nesta Política serão discutidas e encaminhadas ao Comitê de Segurança da Informação e Privacidade, que, em conjunto com a Administração, analisará os assuntos pertinentes e tomará as decisões subsequentes, em conformidade com as leis vigentes.

Cordialmente,
Alan Garbes Advogados.

